

**O desemprego juvenil no Brasil dos
anos noventa**

Waldir José de Quadros

**Cadernos do CESIT
n. 31, dez. 2001**

Sumário

Resumo/Abstract	1
Apresentação	1
Introdução	3
1 Uma visão panorâmica da ocupação e desocupação	
por faixas etárias	5
2 Os jovens da faixa etária de 15 a 19 anos	10
(a) os jovens desocupados mais vulneráveis	10
(b) os jovens ocupados mais precários	11
(c) o conjunto dos jovens mais vulneráveis	12
(d) a escolaridade dos jovens	13
3 Rápida panorâmica do trabalho infantil (10 a 14 anos)	15
4 A título de conclusão	17
Bibliografia citada	20
Apêndice metodológico	21

O desemprego juvenil no Brasil dos anos noventa

Waldir José de Quadros¹

Resumo

O pano de fundo deste trabalho é a discussão da crise social que se abate sobre os jovens brasileiros durante a década dos anos noventa. Seu ponto de partida é a situação vigente no mercado de trabalho, particularmente no que diz respeito ao desemprego juvenil. A fonte dos dados é a publicação *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD) de 1992 e 1998.

Palavras-chave: Desemprego juvenil; Brasil – Anos noventa.

Abstract

The discussion about the social crisis that affected the young Brazilians in the 90s is the backstage of this work. The beginning of this paper is the present situation in the labor market, particularly talking about youth unemployment. The data sources are the National Researches from Home Samples (PNADs portuguese) in 1992 and 1998.

Key words: Youth unemployment; Brazil – 90s.

Apresentação

Pretendemos esboçar o panorama nacional recente da ocupação e desocupação entre os jovens. No Brasil, os estudos sobre jovens usualmente tomam a faixa etária de 15 a 24 anos, que abarca a adolescência e a passagem para a vida adulta. Neste trabalho vamos nos deter no segmento de 15 a 19 anos, entre outras razões, por ser aquele que apresenta as maiores taxas de desocupação. Complementarmente, irá se abordar rapidamente a faixa etária anterior, de 10 a 14 anos, que engloba o final da infância e a passagem para a adolescência.

A partir de tabulações preliminares dos microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE), e como um subproduto imediato das providências metodológicas, buscou-se captar o

(1) Pesquisador do CESIT e professor do Instituto de Economia da Unicamp. O autor agradece a colaboração do mestrando Alexandre Gori Maia, estatístico e analista de sistemas e da graduanda Ana Carmen Navarro de Moraes, estagiária e orientanda de monografia nesta temática.

cenário vigente nos anos noventa com base nos inquéritos de 1992 e 1998. Proximamente, pretendemos também destacar algumas particularidades estaduais ou regionais mais marcantes, além de atualizar os dados.

Quando se trabalha com a PNAD, a primeira questão com que os pesquisadores se defrontam refere-se ao próprio conceito de ocupação. O IBGE alterou a metodologia da PNAD nos anos noventa, passando a considerar ocupado todo indivíduo acima de 10 anos que desenvolveu alguma atividade não remunerada por um período igual ou superior a **uma** hora semanal! Anteriormente, para os trabalhadores não remunerados a PNAD tomava como limite a jornada mínima de 15 horas semanais, tal como o Censo Demográfico. Além disso, passou a contemplar também os indivíduos dedicados à produção para subsistência (autoconsumo) e à construção ou reparação de suas residências (autoconstrução).²

Como se observa, a definição de ocupação atualmente adotada na PNAD é extremamente elástica e abrangente, tendendo a superestimar a população ocupada ao incluir todo tipo de eventuais e esporádicos bicos, quebra-galhos, etc. O que deve afetar sobretudo as mulheres, os jovens e crianças.

Desta forma, parte dos pesquisadores e estudiosos da estrutura e dinâmica do mercado de trabalho nos anos oitenta e noventa, tratam de ajustar os dados da PNAD com base na metodologia anterior, buscando neutralizar os “exageros” mais recentes.

Não vamos aqui adotar este procedimento, uma vez que, embora semelhantes, nossos objetivos são distintos. Em poucas palavras, nosso objeto não é o mercado de trabalho, mas sim a estrutura social que dele resulta. Ou seja, seguindo os ensinamentos de Wright Mills (1969), o estudo da estrutura ocupacional (neste autor, focalizado nas classes médias) é utilizado como procedimento analítico para se compreender a estrutura social (geral), que é o verdadeiro objetivo.

Assim sendo, para a identificação da condição social dos indivíduos e de suas famílias, a atual maior abrangência da PNAD passa a ser até mais interessante. Por outro lado, com a PNAD pretendemos apenas analisar a década de noventa isoladamente. A comparação com as décadas dos anos

(2) Para uma descrição completa das alterações ver Dedecca (1998).

oitenta e setenta será feita, em outras bases metodológicas, com o Censo Demográfico, quando estiverem disponíveis as tabulações especiais do Censo de 2000.

Porém, se adotamos o conceito vigente de ocupação, em relação à desocupação vamos assumir uma temporalidade distinta daquela da PNAD. Como se sabe, para o indivíduo ser considerado desocupado, ele tem que ter procurado ocupação. Caso contrário, ele não integra a PEA (População Economicamente Ativa), ou seja, ele não é um desocupado mas um inativo.

Pois bem, a PNAD considera desocupados apenas aqueles que procuraram ocupação **na semana** do inquérito. No nosso caso, entre outras razões buscando captar o desemprego “oculto pelo desalento”, vamos ampliar para a procura **no ano** do inquérito.

Com isto, estamos trabalhando com um conceito de desocupação mais abrangente. Em 1998, a diferença no caso dos trabalhadores que estavam ocupados e perderam suas ocupações neste ano é de 23%, ao incluir além dos 2.870 mil que procuraram ocupação na semana do inquérito, outros 260 mil que procuraram no mês, 130 mil que procuraram no mês anterior e 270 mil que procuraram no ano.

Introdução

A análise do emprego e desemprego juvenil, por sua própria dimensão social, sempre é relevante. Entretanto, numa situação de crise e transformação, como a da década dos anos noventa, estudos circunstanciados e aprofundados tornam-se ainda mais necessários.

Neste sentido, o que se observa do ângulo sócio-econômico são muitas lacunas, ao contrário do que se passa com os estudos demográficos, mercadológicos, comportamentais, culturais, etc. Poucas são as contribuições recentes mais relevantes, tal como é o caso de Arias (1998) e Pochmann (2000).

Observando o cenário sócio-econômico mais geral, tomamos como fio condutor deste estudo o entendimento (ou hipótese) de que está em curso uma autêntica **crise de reprodução social**, em que as gerações mais novas

estão enfrentando dificuldades crescentes, muitas vezes intransponíveis, para manter as condições sociais de suas famílias de origem.

Esta possibilidade é claramente assumida, por exemplo, em Pastore & Haller (1993), ao analisar a mobilidade social com base na PNAD de 1973 e 1988; ainda que em estudo posterior, abrangendo o período 1973/96, esta interpretação seja alterada.

De qualquer forma, é generalizada a percepção de que as difíceis condições vigentes no mercado de trabalho são particularmente adversas à imensa maioria de jovens “despreparados”, projetando um cenário bastante problemático para o futuro. É entre os jovens que se encontram as mais elevadas taxas de desemprego. A dimensão e o avanço da informalidade já antecipam problemas no âmbito da aposentadoria e atenção aos idosos.

As crescentes exigências de escolarização para o acesso e permanência nos melhores segmentos do mercado de trabalho chocam-se com históricos “monopólios sociais”,³ que reservam a educação prolongada e “de qualidade” aos membros das classes melhor situadas. Basta mencionar as dificuldades práticas para se conciliar, em condições adversas, profissionalização precoce e educação de qualidade. Sem falar na crítica situação da escola pública gratuita.

Como sobram jovens dispostos a trabalhar nas condições dadas, as exigências são crescentes e, em muitos casos, claramente despropositadas. São recorrentes os alertas quanto à sobrecarga e subremuneração.⁴ As carreiras estão se encurtando, o que, junto com a precarização da base do mercado de trabalho juvenil, resultaria no “sucateamento precoce” de amplos segmentos.

É nestes marcos mais gerais da problemática que podemos mesmo discutir a validade de se tomar sempre como normal ou positivo o fato de um jovem estar ocupado. Obviamente, para quem necessita trabalhar, estar desocupado é a pior situação onde não existe efetiva proteção social. Porém, não podemos tomar necessidade como virtude.

Parece-nos que o ideal seria que os jovens pudessem adiar ao menos até o início da fase adulta o ingresso pleno no mercado de trabalho, sendo-lhes oferecido uma formação escolar sólida. Para as camadas populares,

(3) Cf. Cardoso de Mello & Novais (1998).

(4) Neste ensaio não irá se analisar especificamente os rendimentos dos jovens. Os rendimentos são contemplados na estratificação dos grupos ocupacionais, sem discriminar as faixas etárias.

deveria ser assegurado que pelo menos concluíssem o nível secundário (ou nível médio), inclusive ensino técnico.

Em nosso juízo, entretanto, as circunstâncias advindas da orientação de política econômica e social predominante nos anos noventa, de corte eminentemente liberal, encaminharam a situação no sentido exatamente oposto. O resultado é a violenta pressão dos (e sobre os) jovens que querem a qualquer custo ingressar no mercado de trabalho, no mais das vezes nas condições mais precárias.

Desta forma, um imenso desafio que se coloca de imediato para estes enormes contingentes de jovens trabalhadores, a seus familiares, instituições educacionais, sindicatos e outras organizações sociais e políticas é o de conquistar as condições efetivas para se compatibilizar trabalho e escola.

É para a melhor compreensão desta importante problemática que pretendemos oferecer alguma contribuição com este primeiro esforço de análise, ainda marcadamente descritivo e provavelmente com inúmeras passagens bastante áridas para os não “iniciados”.

1 Uma visão panorâmica da ocupação e desocupação nas diversas faixas etárias

Em termos globais, constata-se que de 1992 a 1998 o contingente de indivíduos ocupados cresceu menos que a expansão da população: 7,6% contra 8,8%. Se tomarmos em conta apenas a população com 10 ou mais anos de idade, que é aquela abrangida pela PEA na PNAD, a diferença é maior ainda: 7,6% contra 12,7%. Já a PEA cresceu 10,7% no período. Desta forma, a massa de desocupados cresceu extraordinariamente: 43,6%!

Para uma melhor compreensão deste problema, os desocupados foram desagregados em três grupos: aqueles que ficaram desocupados no ano do inquérito, aqueles que já se encontram nesta situação desde anos anteriores e aqueles que não conseguiram sua primeira ocupação. Recordando que todos procuraram ocupação no ano do inquérito.

Os dados da Tabela 1, apresentado a seguir, revelam que os desocupados de anos anteriores, ou seja, o chamado desemprego de longa duração, é o que mais cresceu entre 1992 e 1998: 83,1%. Em segundo lugar na gravidade do problema temos a expansão daqueles que não conseguiram ingressar no mercado de trabalho: 52,9%. Por fim, os desocupados no ano cresceram 19,1%.

Tabela 1
Dados gerais

Discriminação	1992 (mil)	1998 (mil)	Cresc. (%)
População	145.450	158.230	8,8
População com 10 anos ou mais	113.300	127.730	12,7
População Economicamente Ativa	70.480	78.020	10,7
Pessoas ocupadas	64.380	69.260	7,6
Pessoas desocupadas	6.100	8.770	43,6
– no ano	2.970	3.540	19,1
– em anos anteriores	1.450	2.660	83,1
– procurando primeira ocupação	1.680	2.570	52,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

Por sua vez, os dados da Tabela 2 apontam que o grosso dos desocupados se concentra nas faixas de 15 a 29 anos, com destaque para a de 15 a 19 anos. Em 1998 elas englobavam 61% dos desocupados, assim distribuídos: 27%, entre 15 a 19 anos; 21%, entre 20 a 24 anos; e, 13%, entre 25 a 29 anos.

Cabe destacar que no período 1992 a 1998 a faixa de 15 a 19 anos é a que apresenta a maior taxa de crescimento da desocupação (47,4%) entre as faixas abaixo de 35 anos.

Tabela 2
Evolução da desocupação

Faixas etárias	1992 (mil)	1998 (mil)	Variação (%)
Total	6.100	8.770	43,8
10 a 14 anos	490	450	(8,2)
15 a 19 anos	1.615	2.380	47,4
20 a 24 anos	1.350	1.870	38,5
25 a 29 anos	850	1.110	30,6
30 a 34 anos	630	850	34,9
35 a 39 anos	440	660	50,0
40 a 49 anos	450	910	102,2
50 a 59 anos	200	380	90,0
60 anos ou mais	80	160	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

O comportamento da desocupação entre os jovens de 15 a 19 anos seguramente possui um componente demográfico, uma vez que apresentam a maior expansão populacional entre as faixas abaixo dos 35 anos (15,6%), como se verifica na Tabela 3.

Tabela 3
Evolução da população

Faixas etárias	1992 (mil)	1998 (mil)	Varição (%)
Total	113.300	127.730	12,7
10 a 14 anos	17.020	17.000	(0,1)
15 a 19 anos	14.680	16.970	15,6
20 a 24 anos	12.960	13.890	7,2
25 a 29 anos	12.080	12.190	1,0
30 a 34 anos	11.120	12.150	9,3
35 a 39 anos	9.680	11.290	16,6
40 a 49 anos	14.580	18.340	25,8
50 a 59 anos	9.730	11.980	23,1
60 anos ou mais	11.450	13.930	21,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

Entretanto, o componente ocupacional também é relevante, uma vez que o número de ocupados de 15 a 19 anos caiu em 6,7%, como se observa na Tabela 4.

Tabela 4
Evolução da ocupação

Faixas etárias	1992 (mil)	1998 (mil)	Varição (%)
Total	64.380	69.260	7,6
10 a 14 anos	3.470	2.480	(28,6)
15 a 19 anos	7.550	7.040	(6,7)
20 a 24 anos	8.710	8.940	2,7
25 a 29 anos	8.660	8.660	-
30 a 34 anos	8.190	8.940	9,2
35 a 39 anos	7.250	8.530	17,7
40 a 49 anos	10.660	13.250	24,3
50 a 59 anos	5.940	7.170	20,7
60 anos ou mais	3.960	4.240	7,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

O comportamento da ocupação e da desocupação vai refletir-se na evolução da PEA. Nota-se na Tabela 5 que as maiores expansões da PEA ocorrem nas faixas etárias mais elevadas, seguramente por causa da pressão feminina no mercado de trabalho. Entre as inferiores, o destaque fica com a faixa de 20 a 24 anos, que entretanto situa-se abaixo da taxa média total.

Arias (1998) aponta uma redução de 2% na PEA de 15 a 24 anos no período 1992/95. Assim sendo, no período 1996/98 teria ocorrido uma significativa recuperação. No futuro próximo também pretendemos incorporar a análise da PNAD de 1995.

Tabela 5
Evolução da PEA

Faixas etárias	1992 (mil)	1998 (mil)	Variação (%)
Total	70.480	78.020	10,7
10 a 14 anos	3.960	2.930	(26,0)
15 a 19 anos	9.170	9.420	2,7
20 a 24 anos	10.060	10.810	7,5
25 a 29 anos	9.510	9.760	2,6
30 a 34 anos	8.810	9.790	11,1
35 a 39 anos	7.680	9.190	19,7
40 a 49 anos	11.110	14.170	27,5
50 a 59 anos	6.140	7.550	23,0
60 anos ou mais	4.040	4.400	8,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

Para tornar ainda mais claro que o problema da desocupação tem se abatido com maior intensidade sobre os jovens de 15 a 19 anos, vamos apresentar outros dois indicadores.

O primeiro deles é a taxa de desocupação da PEA, ou seja, a proporção que os desocupados representam entre os indivíduos ativos (ocupados ou procurando ocupação), para cada faixa etária.

Nota-se na Tabela 6 a proeminência da faixa de 15 a 19 anos, que em 1998 apresenta a taxa de 25,2%, enquanto que para o conjunto de pessoas com 10 anos ou mais a taxa média é de 11,2%. Em 1992 estas taxas eram, respectivamente, de 17,6% e 8,7%.

Tabela 6
Taxa de desocupação da PEA

Faixas etárias	1992 (%)	1998 (%)
Total	8,7	11,2
10 a 14 anos	12,5	15,5
15 a 19 anos	17,6	25,2
20 a 24 anos	13,4	17,3
25 a 29 anos	8,9	11,3
30 a 34 anos	7,1	8,7
35 a 39 anos	5,7	7,1
40 a 49 anos	4,1	6,4
50 a 59 anos	3,3	5,1
60 anos ou mais	2,0	3,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

O segundo indicador mede a dimensão que os desocupados representam em relação aos ocupados, nas diversas faixas etárias.

Verifica-se na Tabela 7 que a faixa de 15 a 19 anos é a que apresenta a taxa mais elevada: para cada 100 jovens ocupados em 1998, existiam outros 34 desocupados! Para o conjunto das pessoas com 10 anos ou mais, esta relação é de 13 desocupados para cada 100 ocupados. Em 1992 estas relações eram de 21 desocupados para os jovens e de 10 para as pessoas com 10 anos ou mais.

Tabela 7
Relação entre desocupados e ocupados

Faixas etárias	1992 (%)	1998 (%)
Total	9,5	12,7
10 a 14 anos	14,2	18,4
15 a 19 anos	21,4	33,8
20 a 24 anos	15,5	20,9
25 a 29 anos	9,8	12,8
30 a 34 anos	7,7	9,5
35 a 39 anos	6,0	7,7
40 a 49 anos	4,2	6,9
50 a 59 anos	3,4	5,3
60 anos ou mais	2,0	3,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

Pelo que foi exposto até aqui, fica claro que o problema da desocupação é mais grave entre os segmentos mais jovens, tanto em termos relativos como absolutos, sendo que o destaque negativo fica com a faixa de 15 a 19 anos.

Entretanto, algumas considerações são necessárias. Em primeiro lugar, o desemprego registrado entre os adultos não revela a magnitude das demissões entre eles, pois sua maior experiência profissional pode ser empregada, por exemplo, em vários tipos de “quebra galho” e ocupações precárias ou inferiores. Com isso, embora demitidos continuam ocupados. Numa situação de desemprego prolongado e de necessidade familiar, como a atual, este fenômeno deve ser bastante expressivo.

Por outro lado, além de ser um indicador do funcionamento do mercado de trabalho, o desemprego juvenil pode ser tomado como um indicador privilegiado da gravidade e profundidade da crise social contemporânea. As dificuldades familiares, frequentemente às voltas com o

desemprego ou emprego precário de algum membro, redução de renda, temor quanto ao futuro, etc., acabam pressionando os jovens a ingressarem no mercado de trabalho. E boa parte deles fica de fora.

2 Os jovens da faixa etária de 15 a 19 anos

Buscando tornar mais nítido o impacto social da problemática juvenil, procuramos dimensionar a parcela mais vulnerável dos jovens desocupados e, também, dos jovens ocupados em condições mais precárias.

Em relação aos jovens desocupados o procedimento adotado foi o de identificar suas origens familiares, destacando aqueles situados nas posições inferiores da estrutura social.

Para esta análise lançamos mão de uma metodologia que vimos desenvolvendo em nossas atividades acadêmicas.⁵ Sucintamente, as ocupações individuais foram agregadas em “grupos ocupacionais”¹¹ individuais e familiares, que foram hierarquizados numa determinada estrutura sócio-ocupacional. As famílias foram classificadas segundo o membro melhor situado na escala sócio-ocupacional, seja ele chefe de família ou não.

Quanto aos jovens ocupados, foram destacados os indivíduos pior situados na estrutura sócio-ocupacional.

Em seguida buscaremos caracterizar melhor a composição destes dois segmentos juvenis.

(a) Os jovens desocupados mais vulneráveis

Ao se examinar a questão do desemprego juvenil pela ótica da origem familiar, evidencia-se que ele é um fenômeno eminentemente urbano. Isto quer dizer, que a precariedade entre os jovens rurais diz respeito à sua

(5) Cf. Quadros (1985, 1991). Esta metodologia vem sendo aperfeiçoada em pesquisas que estamos desenvolvendo para a livre-docência.

(6) A composição dos diversos “grupos ocupacionais” adotados neste estudo é apresentada no Apêndice Metodológico que se encontra no final do texto.

própria condição social, ou seja, resulta da problemática rural e agrária mais geral.

Desta forma, as famílias mais afetadas pela desocupação juvenil são as da massa trabalhadora urbana, grosso modo composta pela baixa classe média assalariada e pelos operários e demais trabalhadores populares; agregando-se as famílias da camada média de trabalhadores autônomos e as famílias em que nenhum membro está ocupado (desempregados, aposentados, pensionistas, etc.).

A Tabela 8 apresenta a massa de jovens desocupados oriundos das famílias pior situadas na estrutura social, identificando os grupos ocupacionais mais relevantes, bem como as respectivas participações no total de jovens desocupados.

Tabela 8
Origem familiar dos jovens de 15 a 19 anos desocupados

Grupos familiares de origem	1992		1998	
	mil	%	mil	%
Baixa classe média assalariada	269	16,7	369	15,5
Operários e afins - camada superior	251	15,5	328	13,8
Operários e afins - camada média	269	16,7	387	16,3
Operários e afins - camada inferior	33	2,0	76	3,2
Trabalhadores autônomos - camada média	115	7,1	195	8,2
Empregados domésticos	58	3,6	105	4,4
Nenhuma pessoa ocupada	86	5,3	192	8,1
Sub-total: grupos familiares selecionados	1.081	66,9	1.652	69,5
Sub-total: conjunto das famílias precárias	1.203	74,5	1.813	76,3
Total de jovens desocupados	1.615	100,0	2.377	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

(b) Os jovens ocupados mais precários

Este segmento é formado majoritariamente pelos jovens que integram a pequena economia familiar, sobretudo rural, na condição de trabalhadores não remunerados. Três outros grupos ocupacionais também se aproximam muito deste papel de apoio familiar: os ocupados com o autoconsumo (auto-subsistência) e os jovens assalariados rurais, temporários ou permanentes.

Por fim, outro contingente significativo de jovens trabalhadores precários (urbanos) ocupam-se com os serviços domésticos ou situam-se na camada inferior de operários e assalariados populares (serventes de pedreiro, etc.).

A Tabela 9 apresenta os dados desta massa mais precária de jovens trabalhadores, tal como foi feito anteriormente com os jovens ocupados.

Tabela 9
Jovens de 15 a 19 anos ocupados

Grupos ocupacionais	1992		1998	
	mil	%	mil	%
Trabalhadores não remunerados	1.702	22,5	1.570	22,3
Assalariados rurais temporários	444	5,9	342	4,9
Assalariados rurais permanentes	352	4,7	243	3,4
Autoconsumo	240	3,2	240	3,4
Operários e afins – camada inferior	409	5,4	455	6,5
Empregados domésticos	955	12,6	722	10,2
Sub-total: grupos ocupacionais selecionados	4.102	54,3	3.572	50,7
Sub-total: conjunto de ocupados precários	4.233	56,1	3.703	52,6
Total de jovens ocupados	7.551	100,0	7.044	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

(c) O conjunto dos jovens de 15 a 19 anos mais vulneráveis

Tomados em seu conjunto, ou seja, agregando-se os desocupados mais vulneráveis e os ocupados mais precários, a massa de jovens mais atingidos pela crise social atinge aproximadamente 5,5 milhões de indivíduos, equivalentes a quase 60% da PEA desta faixa etária, tal como se apresenta na Tabela 10.

Tabela 10
Jovens de 15 a 19 anos mais vulneráveis

Segmentos sociais	1992		1998	
	mil	%	mil	%
Jovens desocupados mais vulneráveis	1.200	13,1	1.810	19,2
Jovens ocupados precários	4.230	46,2	3.700	39,3
Sub-total	5.430	59,3	5.510	58,5
PEA da faixa etária	9.170	100,0	9.420	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

Ainda que não exista um vínculo direto e imediato entre desemprego e precariedade ocupacional, de um lado, e criminalidade de outro, a manutenção desta situação por um longo período de tempo seguramente contribui enormemente para a formação de um caldo de cultura altamente favorável ao alastramento da marginalidade e da violência.⁷ Basta atentar para as vergonhosas e explosivas taxas de mortalidade juvenil por causas externas (violentas) e para a criminalidade juvenil descontrolada.

(d) A escolaridade dos jovens

Nas condições atuais de funcionamento do mercado de trabalho, o ensino secundário e técnico vem se constituindo no requisito básico para se tentar o acesso às escassas oportunidades melhor estruturadas para operários, escriturários, balconistas, nas inúmeras atividades dos serviços, etc.

Assim sendo, examinando-se a proporção de jovens que não chegaram até o ensino secundário, para os diversos grupos familiares de origem, teremos algo como o mapa social da “fragilidade juvenil” diante das atuais exigências de “empregabilidade”.

Por força da pressão do mercado de trabalho, e por outras razões, vem crescendo rapidamente a proporção dos jovens que iniciaram ou concluíram o ensino secundário, tanto entre os ocupados como entre os desocupados, ainda que a proporção dos “excluídos” permaneça muito elevada. Obviamente, esta constatação é apenas o ponto de partida para uma discussão mais aprofundada, devendo necessariamente avançar para a compreensão das condições de qualidade vigentes nas instituições educacionais, principalmente no que se refere ao ensino público. Entretanto, este passo ultrapassa os limites deste artigo.

De qualquer forma, este cenário aponta para duas ordens de questões. De um lado, ganha destaque o porte dos desafios a serem enfrentados caso se busque avançar decididamente no sentido de assegurar o ensino de segundo grau a todos os jovens brasileiros. Em segundo lugar, a pressão social que se manifesta pelo avanço dos jovens em direção a este

(7) Entre outros, cf. Zaluar (1998).

nível de escolaridade, além de reforçar as exigências em relação ao ensino público de qualidade, aponta tendencialmente para a expansão na demanda por cursos profissionalizantes e de reciclagem; de ensino de terceiro grau, onde podem ganhar relevo os “cursos seqüenciais” sugeridos pela LDB; etc.

Os dados da Tabela 11 mais uma vez evidenciam que os jovens das famílias de pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas são aqueles que apresentam os piores índices de escolaridade. Ainda que esta situação seja “compatível” com suas atuais e precárias ocupações, sua projeção é bastante problemática, uma vez que, mantidas as atuais características do nosso padrão excludente de desenvolvimento, um fluxo considerável destes jovens vai se dirigir às periferias urbanas.

Tabela 11
Jovens de 15 a 19 anos fora do 2º. grau

Grupos familiares de origem	Jovens ocupados		População jovem	
	1992 (%)	1998 (%)	1992 (%)	1998 (%)
Proprietários rurais por conta própria	95,0	90,1	93,5	88,7
Assalariados rurais permanentes	98,0	92,5	97,8	92,0
Assalariados rurais temporários	98,2	95,9	98,6	93,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

Nas cidades a situação é mais grave para os jovens das famílias dos empregados domésticos, da camada média de trabalhadores autônomos, dos estratos operários inferiores e para as famílias em que nenhum membro está ocupado (aposentados e pensionistas, desempregados, etc.), como se verifica na Tabela 11A.

Tabela 11A
Jovens de 15 a 19 anos fora do 2º. grau

Grupos familiares de origem	Jovens ocupados		Jovens desocupados		População jovem	
	Em %		Em %		Em %	
	1992	1998	1992	1998	1992	1998
Empregados domésticos	94,6	88,1			93,2	83,3
Nenhuma pessoa ocupada			68,9	59,1	71,9	63,3
Trab. Autônomos-camada média	91,5	80,6	85,3	74,1	87,6	76,8
Operários e afins-camada média	92,4	81,0	86,1	70,0	88,9	77,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

Com proporções razoavelmente mais baixas, ainda que significativas, encontram-se os jovens das famílias da baixa classe média

assalariada, da “elite” operária e do pequeno negócio urbano, como se apresenta no Tabela 11B.

Tabela 11B
Jovens de 15 a 19 anos fora do 2º. grau

Grupos familiares de origem	Jovens ocupados (Em %)		Jovens desocupados (Em %)		População jovem (Em %)	
	1992	1998	1992	1998	1992	1998
Baixa classe média assalariada	69,7	50,5	69,8	50,8	68,9	51,6
Operários e afins-cam. superior	77,7	55,7	74,4	57,9	75,3	57,9
Propriet. Urbanos conta própria	71,4	54,9			69,6	53,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

Por fim, em proporções relativamente melhores encontram-se os jovens das famílias da alta classe média assalariada e dos pequenos proprietários empregadores. A média classe média assalariada fica num patamar intermediário, como se apresenta no Tabela 11C.

Tabela 11C
Jovens de 15 a 19 anos fora do 2º. Grau

Grupos familiares de origem	Jovens ocupados (Em %)		Jovens desocupados (Em %)		População jovem (Em %)	
	1992	1998	1992	1998	1992	1998
Alta classe média assalariada	48,4	29,7	43,4	25,4	41,8	28,6
Proprietários empregadores	64,0	44,2			55,2	37,6
Média classe média assalariada	66,0	42,7	60,4	46,3	61,1	44,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

Em termos gerais, quando se desagrega os dados por gênero e raça, nota-se invariavelmente que a escolaridade das mulheres é sempre mais elevada e a dos negros e pardos, sempre inferior. Ou seja, estamos diante de dois tipos de discriminação em relação à escolaridade, que obviamente se superpõem e se reforçam: as exigências no mercado de trabalho são maiores em relação às mulheres e os negros e pardos enfrentam maiores obstáculos no acesso às escolas.

3 Rápida panorâmica do trabalho infantil

Em 1998 a PNAD aponta a existência de quase 2,5 milhões de crianças ocupadas (61% de negros e pardos e 33% de meninas), que

representam 14,6% da população de 17,4 milhões da faixa etária de 10 a 14 anos. Em 1992 o contingente das crianças ocupadas era de aproximadamente 3,5 milhões, que representavam 20,4% de sua população.

Como se observa na Tabela 12, parcela majoritária destas crianças atuam na economia familiar, notadamente como trabalhadores não remunerados rurais, mas também no pequeno negócio urbano.

Tabela 12
Crianças de 10 a 14 anos ocupadas

Grupos familiares de origem	1992 (%)	1998 (%)
Trabalhadores não remunerados	53,3	58,5
Assalariados rurais permanentes	2,9	1,7
Assalariados rurais temporários	4,4	2,7
Ocupados no autoconsumo	9,8	11,9
Sub-total	70,4	74,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

Esta característica ocupacional vai se refletir na origem familiar destas crianças trabalhadoras. Mais de 40% destas crianças encontram-se em famílias da massa trabalhadora rural, com destaque para as famílias dos pequenos agricultores. Nas cidades, acima de 10% localizam-se nas famílias do pequeno negócio, sendo que a parcela mais significativa encontra-se nas famílias da massa trabalhadora urbana, como se verifica na Tabela 13.

Tabela 13
Origem familiar das crianças de 10 a 14 anos ocupadas

Grupos familiares de origem	1992 (%)	1998 (%)
Proprietários rurais conta própria	31,2	34,4
Assalariados rurais permanentes	8,1	5,7
Assalariados rurais temporários	3,7	3,2
Sub-total	43,1	43,3
Proprietários empregadores	5,4	4,8
Proprietários urbanos por conta própria	5,5	6,5
Sub-total	10,9	11,3
baixa classe média assalariada	7,7	6,9
Operários e afins - camada superior	5,6	4,9
Operários e afins - camada média	8,9	9,2
Trabalhadores autônomos – camada média	7,7	7,5
Sub-total	29,9	28,5
Total dos grupos familiares selecionados	83,9	83,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1998).

4 A título de conclusão

Os dados apresentados sugerem algumas questões relativas à orientação de ações e medidas voltadas ao jovem trabalhador, ao desemprego juvenil e ao trabalho infantil.

Em relação ao trabalho de crianças o objetivo institucional é eliminá-lo. O tratamento socialmente mais avançado propõe algum tipo de compensação e estímulo às suas famílias, destacando-se a bolsa escola.

Entretanto, são pertinentes algumas qualificações adicionais. Desde logo, deve-se levar em conta que parcela majoritária destas crianças são oriundas de famílias que ganham seu sustento por meio de relações não assalariadas: na área rural, na pequena agricultura familiar (o contingente mais expressivo); nas cidades, no pequeno negócio familiar, na pequena propriedade empregadora e na camada média de trabalhadores autônomos. Assim sendo, estas crianças atuam, em sua grande maioria, como auxiliares de seus familiares, seja como trabalhadores não remunerados ou em atividades de auto-subsistência.

Desta forma, para estas famílias a compensação social pela supressão do trabalho infantil é mais complexa, pois envolve a substituição por algum outro tipo de auxílio. Obviamente, no cenário de indigência social pública vigente no Brasil, esta é uma questão em aberto. Contudo, pode-se especular que uma abordagem efetiva aponta para a combinação de assistência técnica e financeira à pequena economia familiar, além de bolsa escola e educação dirigida, ao menos parcialmente realizada no próprio local.

No que diz respeito aos jovens trabalhadores, uma das questões emergenciais básicas reside em conciliar corretamente trabalho e educação, o que aponta de imediato para a oferta pública, e em horários compatíveis, de cursos regulares (particularmente de segundo grau), de cursos técnicos e profissionalizantes e de reciclagem continuada. E também para a necessidade de adequar a duração e a intensidade da jornada de trabalho, de forma a torná-la compatível com o estudo após o expediente.

É urgente eliminar um dos mais graves “monopólios sociais”, permitindo às grandes massas de jovens brasileiros ultrapassar a barreira do ensino secundário. O que só pode ser realizado por meio da conquista social do ensino público de qualidade na escala necessária.

Obviamente, esta medida isolada não é nenhuma panacéia, bastando apontar que na década de noventa marcharam juntos o avanço do desemprego juvenil e a melhoria da escolaridade entre os jovens, inclusive entre aqueles que não conseguiram ou perderam sua ocupação. Contudo, é uma fragilidade estrutural que deve ser suprimida. Seu significado ultrapassa a dimensão ocupacional, e diz respeito à melhoria geral da situação social e da cidadania.

Isto, sem falar na questão da remuneração e das políticas de geração de oportunidades para os jovens, tal como se pratica efetivamente em algumas sociedades mais avançadas que a nossa na abordagem das questões sociais. Porém, todos estes aspectos, e também outros não abordados, são temas para estudos que ultrapassam os limites deste trabalho.

O que queremos enfatizar aqui é que os problemas do trabalho infantil, da ocupação juvenil precária e do desemprego entre os jovens afetam mais intensamente a massa rural, dos pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas, e a massa trabalhadora urbana, da baixa classe média e dos operários e demais trabalhadores populares.

Para os jovens urbanos afetados, uma perspectiva efetiva de solução passa pela vigorosa expansão e revitalização dos serviços sociais públicos, em particular no que se refere à educação e amparo aos estudantes pobres e remediados.

Para os jovens do campo, assim como para toda massa rural, o enfrentamento da situação requer, além das mesmas exigências quanto aos serviços públicos, uma solução civilizada para a secular questão fundiária. O que, de imediato, envolve a democratização do acesso à terra e a assistência técnica e financeira aos pequenos agricultores, assim como a melhoria das condições dos trabalhadores agrícolas.

Se a revitalização dos serviços públicos sociais é fundamental para os setores mais necessitados da população, ela também interessa diretamente aos setores intermediários. Basta destacar o peso no orçamento destas famílias dos gastos com educação, saúde, transporte, etc.; de qualidade no mínimo duvidosa para a grande massa da classe média. Nunca foi tão verdadeiro o popular ditado de que “o que funciona custa caro”. Em outras palavras, o “padrão de vida de classe média” progressivamente está se

tornando inacessível a amplos segmentos médios, num processo de autêntica elitização.

Esta situação é particularmente grave para os setores médios assalariados que sempre são alcançados pelo fisco, já que são descontados na fonte, mas não usufruem de serviços públicos de qualidade aceitável.

Por um período de tempo relativamente longo, estes setores estiveram como que entorpecidos pela onda de consumo que acompanhou a estabilidade monetária com abertura comercial (o acesso aos importados), expansão do crédito ao consumidor (a juros estratosféricos) e dólar barato (novamente os importados, mas também as viagens ao exterior). Entretanto, mais recentemente já manifestam seu descontentamento e temor em relação ao futuro.

Porém, nas condições de cidadania e organização social atualmente vigentes no Brasil, identificar e dimensionar segmentos sociais com carências e necessidades comuns, ou passíveis de convergirem para objetivos comuns, constitui recurso eminentemente analítico.

Na realidade, entre as várias camadas e segmentos apontados existem profundas diferenças culturais e políticas, que conformam barreiras quase que intransponíveis. Por outro lado, e de forma perversa, os valores que vão se difundindo e os aproximando são exatamente aqueles que promovem o individualismo e a despolitização, dificultando sobremaneira o necessário compromisso com os ideais de povo e de nação.

Como, então, os segmentos sociais mais afetados poderiam se converter em base social capaz de impulsionar e dar sustentação às profundas transformações que se fazem necessárias? E mais ainda, como imprimir uma orientação democrática e socialmente avançada ao descontentamento social?

Obviamente, a resposta para esta indagação, só pode ser buscada de forma coletiva. E seu encaminhamento parece ser o desafio imediato que se coloca aos agentes sociais efetivamente comprometidos com esta problemática: nos sindicatos e organizações representativas de trabalhadores urbanos e rurais; em partidos e movimentos políticos; nas igrejas, organizações e movimentos sociais; nas instituições públicas e entre agentes das áreas sociais, pesquisadores e estudiosos; etc. Tendo sempre presente que uma solução efetiva passa necessariamente pela reestruturação do

Estado Nacional e por sua reorientação a partir de critérios públicos e sociais.

Bibliografia citada

- ARIAS, Alfonso R. Avaliando a situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década. In: JOVENS acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998.
- CARDOSO de MELLO, J. M., NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: HISTÓRIA da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 1998. v. 4.
- DEDECCA, Claudio S. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: Síntese Metodológica. *Revista Brasileira de População*, Brasília, v. 15, n. 2, 1998.
- MILLS, C. Wright. *A nova classe média*. Tradução. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- PASTORE, J., HALLER, A. O. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? In: VELLOSO, J. P. R., CAVALCANTE, C. A. (Org.). *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo: Nobel, 1993.
- PASTORE, J., SILVA, Nelson do Valle. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000.
- POCHMANN, Marcio. *A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- QUADROS, Waldir J. de. *A nova classe média brasileira: 1950-1980*. Campinas: Unicamp. IE, 1985. (Dissertação, Mestrado).
- _____. *O “milagre brasileiro” e a expansão da nova classe média*. Campinas: Unicamp. IE, 1991. (Tese, Doutorado).
- ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: HISTÓRIA da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 1998. v. 4.

Apêndice metodológico

A seguir é apresentada a composição dos vários **grupos ocupacionais** adotados no presente estudo.

A – Proprietários empregadores

São os proprietários de algum empreendimento em qualquer ramo de atividade econômica, que empregam pelo menos um membro assalariado.

B – Profissionais empregadores

São profissionais de tipo liberal que empregam pelo menos um membro assalariado. Os principais componentes são:

- . médicos, dentistas e enfermeiros diplomados
- . técnicos em contabilidade
- . outras ocupações técnicas e científicas de nível superior.

C.1 – Profissionais autônomos – camada superior

Principais componentes:

- . médicos, dentistas e enfermeiros diplomados
- . engenheiros e arquitetos.

D.1 – Alta classe média assalariada

Principais componentes:

- . administradores, gerentes e chefes
- . médicos, dentistas e enfermeiros diplomados
- . engenheiros e arquitetos
- . professores de ensino superior
- . outras ocupações técnicas e científicas de nível superior.

C.2 – Profissionais autônomos – camada média

Principais componentes:

- . ocupações qualificadas do comércio
- . outras ocupações técnicas e científicas de nível médio.

D.2 – Média classe média assalariada

Principais componentes:

- . ocupações de defesa nacional e segurança pública
- . outras ocupações técnicas e científicas de nível médio
- . professores do segundo grau
- . mestres e contramestres
- . ocupações qualificadas do comércio
- . técnicos de contabilidade.

F.1 – Trabalhadores autônomos – camada superior

Principais componentes:

- . motoristas
- . ocupações de reparação de veículos
- . outras ocupações da metal-mecânica.

E – Proprietários por conta própria – urbanos

São os proprietários que não empregam mão de obra assalariada em seus empreendimentos (urbanos), atuando sozinho ou com ajuda de familiares (não remunerados). Concentram-se no comércio e na prestação de serviços.

C.3 – Profissionais autônomos – camada inferior

Principais componentes:

- . Professores primários
- . Mestres e contramestres
- . ocupações auxiliares da saúde
- . ocupações auxiliares de engenharia e arquitetura.

G.1 – Operários e Assalariados Populares – camada superior

Principais componentes:

- . motoristas
- . eletricitas e radiotécnicos
- . outras ocupações da metal-mecânica
- . mecânicos
- . operadores de máquinas (exceto construção civil)
- . torneiros mecânicos.

L – Ignorados

São aqueles que não informaram suas ocupações.

D.3 – Baixa classe média assalariada

Principais componentes:

- . balconistas e caixas
- . auxiliares de escritório e afins
- . professores primários
- . ocupações auxiliares da saúde
- . outras ocupações burocráticas.

F.2 – Trabalhadores autônomos – camada média

Principais componentes:

- . pedreiros
- . vendedores de jornais e ambulantes
- . alfaiates e costureiros
- . outras ocupações da construção civil
- . eletricitistas e radiotécnicos
- . marceneiros e carpinteiros.

G.2 – Operários e Assalariados Populares – camada média

Principais componentes:

- . porteiros, vigias e faxineiros
- . garçons e cozinheiros
- . outras ocupações da indústria
- . ocupações da reparação de veículos
- . pedreiros
- . outras ocupações da construção civil
- . alfaiates e costureiros
- . outras ocupações do vestuário e calçados
- . marceneiros e carpinteiros
- . expedidores e embaladores
- . outras ocupações do transporte e comunicações.

F.3 – Trabalhadores autônomos – camada inferior

Principais componentes:

- . ocupações dos serviços de higiene pessoal
- . trabalhadores braçais.

H.1 – Proprietários por conta própria – rurais

São os proprietários que não empregam mão de obra assalariada em seus empreendimentos (rurais), atuando sozinho ou com o auxílio de familiares (não remunerados).

G.3 – Operários e assalariados populares – camada inferior

Principais componentes:

- . Serventes de pedreiro
- . vendedores de jornais e ambulantes.

F.4 – Trabalhadores autônomos – camada baixa

Principais componentes:

- . outras ocupações da indústria de vestuário e calçados
- . outras ocupações da indústria têxtil.

H.3 – Assalariados rurais permanentes

Dispensam apresentação.

I – Empregados domésticos

Dispensam apresentação.

H.2 – Trabalhadores autônomos rurais

Dispensam apresentação.

H.4 – Assalariados rurais temporários

Dispensam apresentação.

M – Autoconstrução – não ocupados

São os membros que se declararam não ocupados na semana de referência, mas que estiveram ocupados com construção própria ou reformas.

N – Autoconsumo – não ocupados

São os membros que se declararam não ocupados na semana de referência, mas que estiveram ocupados com produção para seu próprio consumo.

K – Ocupados com o autoconsumo

É semelhante ao grupo N. São os membros que se declararam ocupados na semana de referência e cuja ocupação é a produção para seu próprio consumo.

J – Trabalhadores não remunerados

São os membros que auxiliam seus familiares nos empreendimentos por conta própria, sem remuneração regular, tanto no setor rural como no urbano.